

## O FIM DO REGIME MILITAR NO JORNAL *FORÇA DO VALE DE ENCANTADO* (1984-1985)<sup>1</sup>

Franciele Rizzi<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o fim do regime militar brasileiro no jornal *Força do Vale*, entre 1984 e 1985, e a postura adotada pelo periódico sobre a questão política e econômica no período proposto. Diante do questionamento relativo à maneira pela qual a *Força do Vale* apoiou a redemocratização do país, elaborou-se como hipótese, primeiramente, o fato de o semanário expor conceitos e notícias relativos à democracia nas suas matérias relacionadas à política. Em segundo lugar, considerou-se que o apoio à redemocratização também foi demonstrado por meio de matérias sobre economia, onde o desenvolvimento econômico foi associado à redemocratização. Para verificação de tais hipóteses, foram elaboradas análises das matérias com cuidados metodológicos sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa para a história.

**Palavras-chave:** Jornal *Força do Vale*. Regime Militar. Política. Economia. Imprensa.

O artigo analisa o fim do Regime Militar brasileiro no jornal *Força do Vale*, de Encantado, entre os anos de 1984 (ano que o jornal passou a circular) e 1985 (momento que encerrou-se a ditadura militar). Tal trabalho justificou-se, em primeiro lugar, por colocar como objeto de estudo um periódico do Vale do Taquari ainda não examinado pela historiografia. Trata-se, portanto, de uma fonte de pesquisa inédita até então.

Por outro lado, ao focar a *Força do Vale*, este estudo também contribui para a história do jornalismo rio-grandense, pois recupera a trajetória de um jornal que há quase 30 anos circula no Vale. A importância da pesquisa, também tem a ver com o preenchimento do conhecimento da história regional, contribuindo dessa forma para futuras pesquisas nessa direção.

O jornal, com sua sede na rua Padre Anchieta, número 1495, em Encantado, foi fundado no dia 21 de setembro de 1984 por três jovens jornalistas: Sônia Bergamaschi, Renira Turatti Ost e Cláudia Bouvié. Sendo um semanário de quatro páginas, é o segundo mais antigo da cidade, circulando até os dias de hoje. É

---

1 Ver pesquisa completa em RIZZI, Franciele. O fim do Regime Militar nas páginas da FORÇA DO VALE (1984-1985). Monografia do curso de História da Univates-RS, Lajeado, 2010.

2 Licenciada em História pelo Centro Universitário UNIVATES-RS.

importante destacar o elevado número de publicações do semanário sobre política e economia nos anos de 1984 a 1985. Percebeu-se o apoio, o entusiasmo e o otimismo do periódico em relação à redemocratização em curso e, diante disso, questionou-se: de que modo a *Força do Vale* expressou seu apoio ao fim do regime militar? Considerou-se como hipóteses, em primeiro lugar, que o jornal expressou seu apoio à redemocratização por meio de matérias que tratavam de temas políticos, as quais criticavam as características repressivas do regime e elogiavam os fatos e conceitos ligados à democracia. Em segundo lugar, também se considerou como hipótese o uso de temas econômicos por parte do semanário para criticar negativamente os militares e associar a democracia com a volta do crescimento econômico, especialmente no Vale do Taquari.

A pesquisa envolvendo a imprensa como fonte de estudo para a História requer alguns cuidados metodológicos. Conforme Zicman (1985, p. 82),

Há uma linguagem específica da imprensa produzida pelo sistema global de informação, correspondente às diversas funções do jornalismo, e ligada ao próprio modo de produção jornalístico. Ela é composta por três elementos principais: expressão escrita (textos, manchetes...), a expressão icônica (fotos, desenhos) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal).

Vale a pena dizer que a metodologia deve levar em conta a dupla substância e natureza própria do jornal: sua forma e seu conteúdo. É preciso centrar a análise no discurso de imprensa, considerando as características próprias deste tipo de escrita. Segundo Zicman (1985), há uma seleção dos artigos na análise da imprensa. Dois critérios básicos devem ser obedecidos na constituição dos textos: eles devem pertencer a uma mesma categoria de imprensa, em geral, definida por sua periodicidade: jornais quotidianos, revistas semanais etc.; os textos selecionados devem ter um referente constante, ou seja, o tema de interesse de cada pesquisa.

Com relação à análise da seleção dos artigos, conforme a autora, é preciso considerar dois critérios básicos: deve-se obedecer à constituição do “corpus” onde os textos foram produzidos e, por isso, agrupá-los na mesma categoria de imprensa (em geral definida por sua periodicidade, como: jornais quotidianos, revistas semanais); e os textos selecionados devem ter o tema de interesse de cada pesquisa.

Ao finalizar, a autora ressalta que nenhum método, por mais exato que seja, garante por si só o valor científico de estudo: “o que se vê muitas vezes é que por trás desta ‘garantia de cientificidade’ baseada em fórmulas e cálculos (no revestimento matemático das descrições e raciocínios estatísticos) e que dá a impressão de rigor e seriedade à pesquisa, revela-se uma grande superficialidade” (Zicman, 1985, p. 100).

Para a autora Maria Helena Capelato (1988), é fascinante ler a história do Brasil valendo-se dos jornais. Pois em cada página deparamo-nos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. A imprensa é um veículo que possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. Antigamente

o periódico foi considerado fonte suspeita e de pouca informação, no entanto, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época.

O jornal é uma das principais fontes de informação histórica. O passado é o objeto do historiador, sem dúvida admite-se que esse objeto é construído e reconstruído tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente:

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nele registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados não só os "ilustres" mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 1988, p. 20).

Além dos esclarecimentos metodológicos sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa para a história, também vale a pena salientar o quanto a análise aqui proposta se afasta daquilo que se convencionou chamar de história tradicional. Sobre ela, escreve Peter Burke (1992, p. 10):

[...] poderíamos chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência - com muita frequência - considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como dentre várias abordagens possíveis do passado.

A pesquisa aqui desenvolvida, por mais que se refira à área política, tão abordada pela história tradicional, não deixou de ser guiada por uma problematização, sucedida de elaboração de hipóteses, amparada por referenciais teóricos e metodológicos que aproximam a história e a comunicação, e constituiu-se, sobretudo, numa interpretação da história baseada nos dados e critérios aqui apresentados. Tais características são aquelas que Burke (1992) salienta como sendo típicas de uma história nova em contraste com a tradicional.

Por fim, convém esclarecer a estrutura deste trabalho. Foi necessário fazer um levantamento de informações sobre a *Força do Vale* para elaborar a primeira parte. A história do semanário foi desenvolvida por meio de entrevistas com as proprietárias, além da utilização do próprio acervo do jornal, o qual auxiliou para a sua caracterização, algo complementado com análise das tendências do jornalismo rio-grandense desenvolvidas por Francisco Rudiger (2003). A segunda parte, por sua vez, analisa a transição para a democracia nas páginas da *Força do Vale* nos aspectos políticos e econômicos. Por meio da utilização de uma literatura crítica a respeito do regime militar, especialmente dos autores Fausto (2004), Carvalho (2004), Lopez (1983), Sader (1990), Antunes (1995), entre outros, as matérias que revelaram apoio à redemocratização política e otimismo sobre o crescimento econômico foram contextualizadas e, assim, analisadas.

## A FORÇA DO VALE E O JORNALISMO RIO-GRANDENSE

O jornal *A Força do Vale* é um semanário editado no município de Encantado e circula há quase 30 anos no Vale do Taquari. Fundado na década de 1980, o periódico reúne, desde sua criação, as características daquilo que se chamou de jornalismo informativo-moderno<sup>3</sup>.

A *Força do Vale* é um jornal que se tornou um acervo de extrema importância para a história do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul, o que o torna uma importante fonte de pesquisa.

Conforme Capelato (1988, p. 14):

[...] nas últimas décadas, observa-se, no Brasil, um crescente interesse com relação a esse tipo de documento. Ao repensarem o seu objeto, os historiadores vencem os receios e preconceitos, passando a reconhecer a importância da imprensa nos estudos históricos. Várias pesquisas têm sido realizadas nesse campo, mas o terreno começa apenas a ser desbravado, necessitando ainda de muitas outras contribuições para que se torne fértil.

Em 21 de setembro de 1984 foi fundado em Encantado o jornal *Força do Vale*. Três jovens jornalistas decidiram retornar à terra natal para lançar um periódico. Nascia o semanário. Uma delas se desligou do empreendimento jornalístico e passou a residir no Mato Grosso. O ideal persistiu, dificuldades apareceram, mas foram superadas. O objetivo principal do jornal era buscar um maior espaço para poder expressar opiniões e mostrar os fatos à comunidade. É o que se percebe no editorial da primeira edição:

Partiremos do princípio de que a comunidade deve ser compreendida e informada de forma imparcial e nosso propósito é o diálogo atrelado à verdade. Acreditamos que a experiência de cada cidadão em sua relação com os outros se transforma em fonte de questionamentos e conhecimento e o nosso papel é ser veículo de integração entre os públicos, ajudando na compreensão de fatos e o fortalecimento dos interesses da coletividade buscando assim uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e responsável (21/09/1984 p. 1).

Foram impressos 500 exemplares do primeiro número do jornal, com distribuição gratuita da primeira e da segunda edição. Segundo Renira Turatti Ost, uma das proprietárias e atual diretora comercial, o jornal foi montado em diversos lugares, como numa sala de espera e em um escritório de advocacia, e nos primeiros anos havia juntamente com o semanário um estúdio fotográfico. Atualmente *a Força do Vale* está num local próprio, possui 10 jornaleiros, colunistas e colaboradores e tem uma tiragem de 2.500 exemplares. Renira Ost esclarece que a ideia de fundar o jornal surgiu

[...] no final de julho de 1984. A Claudia Bouvie, amiga de infância, recém-formada em jornalismo pela Unisinos, me procurou para montarmos um

---

3 Classificação criada por Francisco Ricardo Rüdiger no livro *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

jornal. Achei a ideia fantástica. No dia 10 de agosto foi a minha formatura na PUCRS e dois dias depois procuramos a Sônia, pois sabíamos que o TCC dela tinha sido em cima de diagramação e montagem de um Jornal. Ela estava na casa da mãe dela, amamentando a filha com um mês de vida. Lembro que ela ficou empolgada e preocupada ao mesmo tempo, dada as circunstâncias. “A Gabriela precisa muito de mim agora”. A Claudia foi logo dizendo, “cuida da tua filha que nós vamos cuidando de tudo”. E o nome do Jornal? Perguntei - foi quando a Sônia contou que no TCC o nome sugerido pelos professores era Força do Vale, uma homenagem as colonizações italiana e alemã. Saímos da casa dela decididas. Nascia naquele momento o FORÇA DO VALE. Foi quando comuniquei a decisão aos meus pais. Minha mãe deu a maior força e meu pai ficou totalmente apreensivo. No ano passado, em depoimento pela passagem dos 25 anos do Jornal, confessou – “Meu medo era que a empresa não durasse um mês, três gurias numa cidade comandada por homens e ainda ter como concorrente um jornal de tradição”. No final daquele mês a empresa BBT (Bouvie-Bergamaschi-Turatti) Assessoria de Comunicação Ltda já estava inscrita na Junta Comercial. Numa conversa com a amiga Clarice, ela contava da dificuldade de começar a carreira (advogada) e um dos motivos era a despesa do escritório. Decidimos então dividir as contas ficando com a sala de espera dela. Compramos uma máquina de escrever eletrônica – o que havia de mais moderno no mercado e uma máquina fotográfica. Recolhemos móveis velhos em nossas casas e começamos a trabalhar em cima da primeira edição que circulou no dia 21 de setembro de 1984 e estamos aqui, continuando defendendo a democracia, a liberdade de expressão, a transparência e a divergência de posições, para que cada um dos leitores formem a sua opinião e sejam agentes transformadores para uma sociedade cada vez mais justa e igualitária (31/03/2010 Renira).

A sócia de Renira, Sônia Gonzatti Bergamaschi, atual diretora editora do semanário, também informa sobre o surgimento do jornal:

Na faculdade de jornalismo, sempre pensei em voltar para Encantado. Num dos projetos de conclusão desenvolvi um projeto de jornal para Encantado e região. Formada, voltei para cá, e até conversei com o Nei Barzotto, que trabalhava no Opinião, e resolvemos montar o jornal. A ideia não vingou porque tanto eu quanto ele nos casamos naquele ano e para ele era muito difícil começar um negócio tendo que sustentar uma família. Ele foi para a Cosuel e eu fiquei com o meu projeto. Quando tive a minha filha em julho de 1984, a Cláudia e a Renira que eu conhecia, foram me visitar e me propuseram colocar o jornal. Eu disse que sim. Elas conviviam, estavam formadas também e nós três precisávamos de um emprego. Então construímos o nosso emprego e a primeira edição saiu no dia 21 de setembro de 1984. É isso, é um sonho realizado. Todos os dias estamos reinventando aquela ideia e alimentando o ideal, porque sem isso seria muito difícil permanecer no mercado (30/03/2010).

Com quatro páginas, a *Força do Vale* é o jornal mais antigo da cidade de Encantado em atividade, mantendo até os dias de hoje mais ou menos os mesmos métodos de produção. Apenas passou por transformações tecnológicas ao longo do tempo. O jornal passou por muitas dificuldades devido à necessidade de se adequar aos novos métodos tecnológicos, onde a máquina elétrica e a Gepeto, por exemplo, foram ficando defasadas. Todavia, apesar das dificuldades, o jornal manteve suas portas abertas para informar sobre os fatos da região e do país.

Tendo em vista que foram preservadas suas edições, tornou-se um acervo de extrema importância para a história do Vale do Taquari. O nome, *Força do Vale*, destaca um significado pertinente a duas culturas étnicas: força do imigrante italiano e vale do imigrante alemão.

Após os dois primeiros anos de circulação, foram lançados a revista *Visual*, livros com autores locais e guias telefônicos que são distribuídos gratuitamente até hoje. As impressões desses materiais foram sempre pagas a terceiros, pois o foco principal é a *Força do Vale*.

Nos 25 anos do semanário, as proprietárias reafirmam o compromisso proposto na primeira edição: Renira Ost esclarece a proposta do jornal:

O nosso trabalho está edificado sobre os valores éticos e familiares que evoluíram para se transformar nos princípios de uma linha editorial focada na liberdade, na democracia, na independência, na informação responsável e no pluralismo de opiniões. Isso é cumprir com o nosso compromisso primeiro de integrar os públicos e fomentar o crescimento focado nas demandas da nossa região e na busca de suas soluções (25/09/2009, p. 2).

Foi organizada uma “edição de prata” para marcar as duas décadas e meia do periódico. A edição especial, que circulou no dia 25 de setembro de 2009, trouxe impressa uma retrospectiva dos seus 25 anos com um paralelo ao momento atual.

Importante lembrar que o semanário publicava assuntos políticos, econômicos e sociais referentes à cidade e à região. Nos dois primeiros anos do jornal, por exemplo, além dos temas citados anteriormente, foram abordados assuntos ligados ao esporte e à religião, bem como houve a abertura de espaço para comentários dos leitores e anúncios publicitários (estão entre eles a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda - Cosuel, Supermercado Bergamaschi, Lojas Primor, Joalheria Cover, Moinho Brasil, Covell, Relojoaria Musskoff, Comercial e Técnicas de Máquinas Aliança, entre outras). São estas exatamente as características de um jornalismo informativo-moderno, conforme visto no início deste capítulo. Com o desenvolvimento econômico do país, a partir de 1930, houve uma expansão das atividades comerciais, o que fomentou o crescimento das modernas empresas jornalísticas. Com o surgimento da propaganda, o jornalismo passou a se sustentar com os lucros da publicidade e dos patrocínios que estavam cada vez mais presentes nas redações.

As matérias revelam um tom informativo, porém, também opinativo, posicionando-se sobre os fatos da sociedade brasileira. Nos primeiros anos de sua fundação, a *Força do Vale* possuía um certo posicionamento apartidário, caracterizado por ser um boletim informativo de matérias, tendo, para a época, grande publicidade comercial. Devido à conjuntura política e econômica, caracterizada pelo final do regime militar, o jornal inseriu opiniões em suas matérias, especialmente relativas à transição para a democracia na conjuntura brasileira dos anos de 1984 e 85. Neste sentido, Renira Ost salienta:

Princípios que aprendi no berço familiar. Sempre fui contestadora, curiosa, questionadora. Lembro que no segundo grau fui suspensa e vim a saber muito tempo depois, pela professora de OSPB, que aquela punição se deu

ao fato dizer que a Constituição Brasileira era no mínimo hipócrita, pois todos os direitos garantidos no primeiro artigo nada valiam diante dos inúmeros Atos Inconstitucionais que tiravam toda a liberdade prometida em suas primeiras páginas. Em 1981, na Universidade, percebi que era apenas uma a mais na corrente pela democracia e liberdade de expressão. Fui ao inesquecível comício pelas Diretas Já no Largo da Prefeitura de Porto Alegre e participei na Associação Riograndense de Imprensa do primeiro encontro entre ex-governadores do Estado tendo como a maior celebridade Leonel Brizola, recém chegado do exílio. Portanto, defender a democracia no Força do Vale era o mínimo que podia fazer, por mim, pela minha cidade, pelo meu país (Renira 31/03/2010).

Sônia Bergamaschi acrescenta:

Pelo menos de minha parte sempre convivi, em casa, desde pequena, falando de política e de ditadura. Podia até não entender, mas lá no fundo sabia que [...] ditadura não era uma coisa boa. No golpe de 1964, o meu padrinho estava prestando serviço militar, ficou incomunicável, ninguém sabia o que acontecia nos quartéis. Minha vó sempre contava os apertos que passaram sem notícias. No próprio segundo grau uma das coisas que me chamaram a atenção foi no estudo da, vou tentar lembrar o nome corretamente, OSPB - Organização Social e Política Brasileira. Será que é isso? Mas não vem ao caso. E, à certa altura, estudamos a Constituição, e no primeiro parágrafo dizia, diz: Todos são iguais perante a lei. Então perguntei ao meu professor – hoje o advogado Celso Herold, se todos eram iguais porque se tinha notícias de que haviam desaparecidos políticos que eram contra o governo militar? Ele ficou vermelho, azul, amarelo, gaguejou, desconversou não respondeu. Isso era 1978, 1979, não me lembro bem. Teria que ir ao meu currículo escolar. Voltamos ao assunto muitas vezes e parecia que ele tinha medo de falar. Chego na PUCRS em 1980, Curso de Jornalismo, e um dos meus primeiros professores foi o Pedrinho Guareschi, padre que havia sido convidado a se retirar do País, foi para o Vaticano, no período mais crítico do aperto militar e havia recém retornado. Falava muito sobre os militares e tal, sempre com meias palavras. Bem, depois de toda essa vivência parecia mais que natural que eu, pelo menos, fosse a favor da democracia (30/03/2010).

Tendo em vista que a *Força do Vale* passou a circular em Encantado no ano de 1984, justamente num momento importante do desfecho do regime militar brasileiro, e considerando o fato de que o periódico não se omitiu em publicar uma grande quantidade de matérias sobre esse tema, torna-se relevante analisar, na próxima parte, as publicações referentes à política e à econômica dos anos 1984 e 1985.

## **A REDEMOCRATIZAÇÃO NAS PÁGINAS DA FORÇA DO VALE (1984-1985)**

Em novembro de 1984, no seu editorial de lançamento, o jornal já procurou esclarecer que visava a contribuir para a formação de um cidadão informado, participativo e crítico, apropriado em um regime democrático:

Entendemos que a partir do momento em que as pessoas começam a se preocupar com a necessidade de participar, educar e informar, estamos gradativamente retomando a identidade do propósito educacional, formar

homens pensantes, que possam criar e transformar no intuito de contribuir para o crescimento do ser humano. A experiência adquirida através do cotidiano, ou grupo social – em sua vida, seu trabalho, seu comportamento e suas relações com os outros - pode transformar-se em fonte de questionamento e conhecimento, onde cada membro deve assumir seu papel, atuando na comunidade (21/09/1984).

De fato, o ano de 1984 já assinalava a fase final de um processo lento e gradual de abertura política iniciado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e completado na gestão de João Baptista Figueiredo (1979-1985). Após o período da “linha dura” no regime militar, marcado pelos Atos Institucionais (AIs) que extinguíram, por exemplo, os partidos políticos (AI-2, 1965) e os direitos dos cidadãos (AI-5, 1968), e da violenta repressão à luta armada contra os militares no início dos anos 1970, o governo Geisel assumiu a tarefa de iniciar o caminho em direção à redemocratização do país<sup>4</sup>.

Ele foi o quarto militar a assumir a presidência, em março de 1974. Em seu mandato começa um lento processo de transição rumo à democracia. Boris Fausto salienta que,

de um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo (FAUSTO, 2001, p. 270).

Geisel foi eleito pelo colégio eleitoral, instituído pela emenda nº 1 da Constituição de 1967. O dispositivo modificou a forma de escolha do chefe da nação e previu a criação de um colégio eleitoral, composto de membros do Congresso e por delegados das Assembleias Legislativas dos Estados. No ano de 1977 o cenário político nacional era instável e havia insegurança por parte do governo. Temiam-se eleições para governador em 1978, pois, de acordo com a constituição, deveriam ser diretas. Em 1978, Geisel acaba com o AI-5, restaura o *habeas-corpus* e abre caminho para a volta da democracia no Brasil:

Pelo AI-5, o executivo outorgou-se, entre outros, os poderes seguintes: decretar o recesso do congresso; decretar a intervenção nos Estados e Municípios, nomeando os respectivos interventores; decretar a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, a cassação de mandatos federais, estaduais e municipais, a suspensão de garantias de vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade, o estado de sítio, o confisco de bens, a suspensão da garantia do *habeas-corpus*, a exclusão de qualquer apreciação judiciária de todos os

---

4 Sobre o regime militar, suas fases e características básicas, ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996; LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998; CARVALHO, José Murilo de. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002; GOMES, Angela de Castro [et al]. GOMES, PANDOLFI, Dulce Chaves (Orgs.). **A República do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. SADER, Emir. **A transição no Brasil**. São Paulo: Atual, 1990.

atos praticados de acordo com o mesmo Ato e dos Atos Complementares dele decorrentes (SODRÉ, 1984, p. 116).

No período de 1968 a 1973, ocorreu o chamado milagre econômico, onde o país cresceu rapidamente na área da economia, a qual gerou uma riqueza apenas aparente, porque não se estendeu a toda população; somente as classes altas e médias foram beneficiadas. O governo Geisel coincide com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular com as altas taxas de juros. Em 1974, quando Geisel assumiu, encontrou o Brasil em sérias dificuldades econômicas e sociais: a inflação voltara a crescer, a aplicação de capitais estrangeiros diminuía, a nação sentia os efeitos da crise econômica e já havia as primeiras manifestações contra o governo. Por tudo isso que o general assumiu o poder já falando em retornar o caminho para a democracia. Em abril de 1977 anunciou uma série de medidas que ficaram conhecidas como “pacote de abril”. Segundo Luiz Roberto Lopez (1980, p.120) o “pacote de Abril” foi uma medida desesperada para manter o predomínio político do governo. O ‘pacote’ mostrou que o executivo ainda ditava as regras do jogo e tinha condições de alterá-las sempre que sentia necessidade”. Entre as medidas do “pacote de abril” estava a criação do senador “biônico”, que não era eleito pelo povo, mas indiretamente por um Colégio Eleitoral, cujo objetivo era impedir a possibilidade de o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia os opositores ao regime, ser majoritário no senado. A medida era favorecer a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agremiação dos defensores do governo militar.

Em 1978, último ano do mandato de Geisel, houve encontros com líderes de oposição e membros das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBS) ligadas à Igreja para a restauração das liberdades públicas. O MDB obteve 57% dos votos válidos para o senado. O fato da representação no parlamento ser por estados e de existir os senadores biônicos possibilitou ao governo ter maioria no congresso.

Vale salientar que à medida que o governo de Geisel foi terminando, viu-se reïterar mais forças oposicionistas da sociedade civil que pregavam a volta do estado de direito (fim do AI-5, anistia política e a justiça social). Essas forças, entre as quais o MDB, a Igreja Católica, os sindicatos etc., vieram a se constituir num elemento de pressão crescente e continuada que buscava tempos melhores para toda coletividade brasileira. A crise econômica do país e as dificuldades do regime militar agravaram-se. A alta do petróleo e das taxas de juros internacionais desequilibrou o balanço brasileiro de pagamentos e elevou a inflação.

Além das forças oposicionistas, havia três outras organizações que se firmaram como pontos de resistência ao governo militar. Segundo Carvalho (2004) a primeira delas foi a Ordem dos Advogados do Brasil (AOB), criada em 1930, que visitava presos políticos, denunciava a tortura e questionava o caráter antidemocrático das leis do país. Outra instituição de resistência foi a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que exigia liberdade de expressão e de informação para poder exercer o jornalismo com plenitude. E a última a assumir papel político importante foi a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se dedicava exclusivamente a assuntos profissionais relacionados à pesquisa científica.

Fez manifestações contra o regime militar e, mais tarde, junto com outros partidos de oposição, lançou a campanha das *Diretas Já*.

Ao final do governo Geisel, disputavam a eleição indireta para presidência da República o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, pela Arena, e o general Euler Bentes, pelo MDB. O Colégio Eleitoral conferiu 355 votos a Figueiredo contra 266 a Bentes. As críticas ao autoritarismo cresciam em diversos setores quando Figueiredo substituiu Geisel, em março de 1979. Assumiu diante das pressões de grande parte da sociedade com o compromisso de realizar a abertura política e reinstalar a democracia no Brasil. A ideia era mesmo a de abrandar o regime, permitindo algumas pequenas liberdades, e retirar os militares do governo.

Sader (1990, p. 31) salienta que

[...] a abertura é colocada finalmente em prática. Mas ela já não é feita a partir de um regime no seu auge, com controle político do país e no máximo de expansão econômica. Ao contrário, ele já dava mostras de seu declínio, pela tendência à diminuição dos índices econômicos e, fundamentalmente, pelas manifestações organizadas de resistência social e política significativa ao seu domínio.

Vale recordar que, na história do Brasil, dois processos ocorridos em períodos distintos receberam uma designação de redemocratização, sendo o primeiro culminado em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, o que deu fim a uma ditadura iniciada com o golpe de 1937; e o segundo após o período ditatorial iniciado com o golpe de 1964, com o processo de abertura política iniciado no governo de Geisel e posteriormente no de Figueiredo. A luta pela redemocratização no Brasil foi um processo de restauração da democracia e do estado de direito.

O sucesso do MDB nas eleições de 1978 “acelerou” o processo de redemocratização. Esse fato obrigou o general João Baptista Figueiredo, que assumira a presidência da república em 15 de março de 1979, a promulgar em 28 de agosto do mesmo ano a Lei da Anistia Política (Lei nº 6.683), que concedia o direito aos exilados, condenados por crimes políticos, de retornarem ao Brasil. Essa lei,

aprovada pelo Congresso continha entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas (FAUSTO, 2004, p. 504).

O governo “perdoou” as pessoas que tinham sido presas, torturadas e mortas por motivos políticos. Sodré salienta que, com a anistia, por outro lado, em um passe de mágica, abriam-se perspectivas para o retorno à atividade política, quase 20 anos depois, “de personagens que o regime, inicialmente, ou num segundo tempo, havia tornado pátrias, proibidos, em muitos casos, até de viver no país” (SODRÉ, 1984, p.131).

Segundo Fausto, em 1979 o governo modificou a legislação partidária e restabeleceu o pluripartidarismo:

Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra "partido". A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram habilidade de acrescentar apenas a palavra "partido" a sua sigla; assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático (PMDB) (FAUSTO, 2004, p. 506).

Outras agremiações foram criadas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros. Segundo Carvalho (2004), todos os partidos brasileiros, antes e depois de 1964, com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinham sido criados por políticos profissionais ou por influência do poder executivo, e haviam sido sempre dominados por membros da elite social e econômica.

O periódico abriu espaço em suas páginas para opiniões favoráveis à democracia expressas por entidades e instituições. A Igreja Católica, por exemplo, defendeu a liberdade do povo, mobilizando fiéis nas missas comunitárias. Em uma entrevista feita pelo jornal com um bispo, percebe-se sua indignação com os problemas sociais:

A "Teoria da Libertação" nasceu da necessidade do povo de libertar-se da fome, da ignorância. O que demonstra a preocupação da Igreja em colocar o homem como centro da história e partindo desta realidade é que se criou a teoria. É uma vergonha o governo dar somente 3% do orçamento para a educação e saúde. Sem educação e sem saúde, não há progresso (21/12/1984, p.13).

De qualquer forma, conforme Fausto (2004, p. 501),

O período Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura e aprofundamento da crise econômica. Pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sociais, levando a imposição de novos controles autoritários por parte do governo. O equívoco desse raciocínio estava em fazer da política uma simples decorrência da economia. Mas, como um todo, a abertura seguiu seu curso, em meio a um quadro econômico muito desfavorável.

No período de Figueiredo, a ditadura agonizava, tornando o momento propício para a retomada de questões políticas de interesse nacional, prática reprimida pelo regime militar durante anos. Neste clima turbulento, que marcou as décadas de 1960 e 1970, cresceu o desejo de promover a redemocratização do país. As eleições diretas para governadores de estados ocorreram pela primeira vez em 1982, juntamente com as eleições para o congresso. Boris Fausto esclarece as regras daquela eleição e os objetivos do governo com elas:

Ao mesmo tempo que contemporizou com a linha dura no episódio do Riocentro, Figueiredo manteve o calendário eleitoral que previa eleições para novembro de 1982. Obteve do congresso várias medidas destinadas a cortar asas da oposição. Dentre elas, destaca-se a criação do voto vinculado,

pelo qual o eleitor era forçado a escolher candidatos de um mesmo partido em todos os níveis de representação, de vereador a governador. O voto em candidatos de partidos diferentes seria considerado nulo (FAUSTO, 2004, p. 508).

As eleições de 1982 ainda estavam sendo regidas pela Lei Falcão, a qual restringia o livre acesso dos políticos aos meios de comunicação. Era uma forma de evitar que o horário eleitoral gratuito viesse a ser utilizado como uma crítica ao regime militar. No entanto, a campanha eleitoral possibilitou um amplo debate para a eleição direta (CASTRO, 2002, p. 488). O principal partido de oposição, o PMBD, ganhou em nove dos 22 estados, inclusive nos mais importantes como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde também conseguiu eleger maioria na câmara dos deputados. Por outro lado, demonstrando a eficiência da Lei Falcão, o partido do governo, o PDS, triunfou na maioria dos estados, superando seus adversários onde a oposição era forte: Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Em seguida a resistência contra a ditadura ganhou as massas, os trabalhadores da cidade e do campo, os estudantes, a intelectualidade progressista, os setores avançados, democráticos e patriotas. A discussão sobre o voto direto ganhou força após a ementa constitucional apresentada, em 1983, pelo então deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira, que visava a restabelecer a eleição direta para a presidência da república. Era o início da chamada campanha das *Diretas Já*, que correspondeu ao auge do movimento antirregime militar. Em 1984, levou milhões às ruas e solapou irremediavelmente as bases de sustentação do governo:

A campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas. Ela começou com um pequeno comício de 5 mil pessoas em Goiânia, atingiu depois as principais cidades e terminou com um comício de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e outro de mais de 1 milhão em São Paulo. Tentativas esporádicas de impedir as manifestações, partidas de alguns militares inconformados com a abertura, não tiveram êxito... A ampla cobertura, inclusive da Rede Globo, tornava quase impossível deter o movimento. Interrompê-lo só seria possível com o uso de muita violência, uma tática que poderia ser desastrosa para o governo (CARVALHO, 2004, p.189).

A campanha pelas diretas foi um dos maiores movimentos político-populares de nossa história recente, envolvendo multidões entusiasmadas. O lema, *Diretas Já*, em 1984, foi aclamado pelo povo em várias manifestações realizadas em praças públicas de diversas cidades do país. Porém, uma série de manobras realizadas pela elite dirigente, ligada ao regime militar, impediu a implantação das eleições diretas para presidente no ano seguinte. O jornal, em mais um de seus editoriais, mostrou seu posicionamento pró-eleições diretas na véspera das eleições de 1985: “Por hora, o importante é que, o contrário do livro ‘Não Verás País Nenhum’, de Inácio de Loyola, já se vê um pouco de luz no fundo do túnel. A luz da democracia. E quem sabe em pouco tempo o primeiro princípio da Carta Magna seja levado a sério: “Todo poder emana do povo e por ele deve ser exercido” (02/01/1985 p. 02).

Segundo Boris Fausto (2004), a campanha das *Diretas Já* expressava ao mesmo tempo a vitalidade de manifestações populares e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população colocou todas suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, a resolução de muitos problemas como o salário baixo, a insegurança e a inflação, que, na visão do período, apenas a eleição direta de um presidente da república poderia solucionar.

A transição para a democracia está presente nas publicações de *A Força do Vale*, como no caso das *Diretas Já*. As posições favoráveis às medidas adotadas pelo fim da ditadura estão visíveis nas páginas do jornal, conforme se percebe abaixo:

Eleições Diretas Já nas capitais [...] Em 85, se depender da vontade do ex-governador Tancredo Neves, um dos candidatos à Presidência da República no dia 15 de janeiro, as capitais, estâncias hidrominerais e os municípios localizados em área de segurança Nacional terão eleições diretas (21/12/1984, p. 4).

Entretanto, uma série de manobras políticas do governo militar derrotou a emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas, sendo que apenas por 22 votos ela foi derrotada na contagem final: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três se abstiveram e 112 não compareceram.

Sader (1990 p. 40) salienta:

No entanto essa alteração da Constituição outorgada pelos militares em 1967 requeria dois terços dos congressistas para possibilitar assim a eleição direta. Mesmo com a adesão de parlamentares originários de um regime em fase terminal, esse quorum não foi atingido, inclusive pela ausência consciente dos que não queriam votar a favor, mas tão pouco aparecer contra a vontade majoritária do país. O resultado final da votação no Congresso foi decepcionante para o povo, que havia demonstrado amplamente sua posição favorável às eleições diretas.

Em meio ao processo de redemocratização, com seus avanços e recursos, o jornal expressou absoluto apoio ao fim do regime militar, posicionando-se euforicamente a favor da volta da democracia. Tal constatação é perceptível, por exemplo, na edição de 15 de novembro de 1984: “Vive-se, também, nesta semana o espírito da Proclamação da República. É tempo de democracia, e o Brasil hoje, mais do que nunca, deve aclamar a Proclamação da República e participar da vida política e econômica do país” (15/011/1984, p. 2). O apoio à democracia e às novas possibilidades de vida daí advindas também se faz presente nos editoriais:

Vivemos num mundo conturbado, com desemprego, falta de informação, fome, miséria... Nesse panorama é que a criança nasce e cresce [...]. Precisa aprender a conviver com as novas perspectivas de vida que lhe são impostas pela sociedade, mundo em que vive, de cima para baixo. É insatisfeito porque tem sede de novas informações, é de questionar porque quer descobrir por seus próprios meios a verdade dos fatos. Esse jovem criativo, impulsivo, sonhador e real que vive dentro de cada um e que deve ser respeitado e compreendido (30/11/1984, p. 2).

Muito mais do que informar, as publicações do jornal revelaram um tom extremamente opinativo, buscando de forma clara convencer a opinião pública da

importância de se refletir sobre os fatos; seriam atitudes benéficas para a sociedade brasileira. O entusiasmo com a democracia é frequente, cumprindo a intenção de não se omitir diante dos eventos da realidade, como revela outro editorial:

Partimos do princípio de que o público deve ser compreendido, e acima de tudo informado de forma imparcial. Nosso propósito é o diálogo, o entendimento atrelado ao compromisso com a verdade. Entendemos que a partir do momento em que as pessoas começam a se preocupar com a necessidade de participar, educar e informar, estamos gradativamente retomando a identidade de propósito educacional, formando homens pensantes, que possam criar e transformar no intuito de contribuir para o crescimento do ser humano (20/09/1984, capa).

No final do primeiro ano de seu funcionamento, *A Força do Vale* ressalta: “o ano de 1984 está terminando. Foi um ano de inflação, de crise, de conquistas, de paz, de solidariedade, de fome e de injustiças. Aparentemente foi um ano como todos os outros (28/12/1984, p. 2). De fato, no final do governo Figueiredo, a economia brasileira mergulhou numa das maiores crises de sua história: inflação elevada, dívida externa assombrosa e dívidas públicas internas maiores do que a arrecadação do governo (déficit público). Isso gerou problemas na área social (educação, saúde, alimentação, desemprego), que permaneceram ou se agravaram.

Na corrida pela sucessão presidencial em 1985, o partido governista, PDS, lançou o nome do paulista Paulo Maluf. Discordando dessa indicação, líderes políticos nordestinos, como Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel, abandonaram o PDS e fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL). A oposição lançou o nome de Tancredo Neves, do PMDB. Tancredo era um político opositorista de tendência moderada e, por conta disso, conseguiu o apoio do PFL.

Por meio de uma matéria intitulada “Como foi Vista a Sucessão Presidencial”, *A Força do Vale* publicou opiniões de pessoas da comunidade a respeito do tema. A maioria apoiava Tancredo:

Pelo que se ouve, o resultado favorece Tancredo Neves, o Maluf só ganha se ele conseguir fazer funcionar sua pedra mágica, seu talismã. A parte administrativa terá que ser mudada, já que esta foi a base da criação da Frente Liberal, a qual é formada por grandes políticos do atual governo. O sistema de governo semiditatorial não pode ter grande durabilidade, pois se restringe a beneficiar ao governo central. Hoje, o povo, diante do avanço cultural motivado pelas veiculações de informações, despertou para os problemas brasileiros, trazendo então a necessidade de uma Democracia plena (11/01/1985, p. 6).

O jornal novamente se posiciona em um de seus editoriais falando da eleição que estava preste a acontecer:

Vivemos uma semana de expectativa. O rumo do País para os próximos quatro anos será decidido nesta quarta-feira pelo Colégio Eleitoral. O novo Governo, seja de Tancredo ou Maluf, será um governo faccioso. Entretanto é necessário que o mandatário, eleito por esta minoria, faça com que os destinos do Brasil tomem rumos de verdadeiro desenvolvimento, sem obras faraônicas, sem o empreguismo ao estrangeiro tão evidentes nos últimos anos. Será sem dúvida um governo de transição. Transição entre o poder militar e o civil,

entre eleições indiretas e diretas, uma Constituição ultrapassada e remendada para uma nova com mais vigor e energia (11/01/1985, p. 2).

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral para a presidência da república. Ele fazia parte da Aliança Democrática – o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal. O PT foi o único partido a não comparecer na votação indireta, por julgar que o colégio eleitoral era um meio ilegítimo de eleição, pois violava a vontade popular. A eleição foi acompanhada por todos os meios de comunicação e paralisou a nação. Ao ser anunciado o resultado, uma explosão de contentamento sacudiu o país:

A eleição seria feita em um colégio eleitoral dominado pelo governo. Foi intensa a campanha em favor a Tancredo Neves. Pesquisas de opinião pública lhe davam preferência de 69% da população. A pressão popular sobre os deputados governistas desta vez foi irresistível. Tancredo Neves ganhou 480 votos, contra 180 dados ao candidato do governo. Terminava o ciclo dos governos militares (CARVALHO, 2004, p.190).

No semanário aparece uma entrevista de um deputado estadual a respeito do governo Figueiredo e das eleições de 1985. Trata-se de uma informação sobre a continuidade do processo de democratização: “O Brasil está respirando ar democrático. O deputado acredita que o próximo Presidente eleito indiretamente deverá continuar o projeto de abertura de João Figueiredo” (21/09/1984, p. 3). Tancredo fez seu pronunciamento de posse e confirmou perante o povo brasileiro o compromisso de devolver a plena democracia. No jornal aparece o pronunciamento de Tancredo:

As metas prioritárias do novo governo são: normalização institucional; reforma da constituição; combate permanente á inflação; retomada do crescimento, sem recessão; conciliação nacional e a criação de empregos. Tancredo lembrou com muita sabedoria as palavras de Tiradentes: “Se todos quisermos, poderemos fazer deste País uma grande nação”, e chamou a todos para participar neste processo (18/01/1985 p. 3).

Era o fim do regime militar, momento em que o poder foi devolvido às mãos dos civis. Porém, em março de 1985, o vice-presidente José Sarney, ex-integrante da Arena, recebeu a faixa presidencial (no lugar do titular, Tancredo Neves, que adoeceu). O presidente faleceu no dia 21 de abril, na data simbólica da morte de Tiradentes. Segundo Boris Fausto (2004, p. 515), multidões foram às ruas para acompanhar o enterro. Uma parte das manifestações resultava da comoção provocada pela morte de um presidente, ainda mais em condições tão dolorosas, mas havia também a sensação de perder uma figura política importante. Ainda por possuir algumas qualidades raras no mundo político como honestidade, equilíbrio e coerência de posições.

Durante o regime militar, houve 21 anos de acentuado confronto político com algumas vitórias importantes para o povo brasileiro. A própria eleição de Tancredo e Sarney resultou da intensa luta política dos anos anteriores. Do ponto de vista institucional, contudo, o país completaria a transição para democracia somente quando o povo poderia votar livremente para presidente, em 1989.

O período compreendido entre 1980 e 1984 foi marcado por uma crise econômica devido aos desajustes que geravam taxas insuportáveis de inflação, o que de fato impedia o sucesso de qualquer plano de crescimento. Tal constatação é feita pelo semanário de Encantado, que publica a opinião de dirigentes lojistas: “o comércio tem que evoluir sempre. O ano que passou trouxe novas experiências para os comerciantes, tendo em vista que nos anos anteriores a classe sentiu-se atingida pela falta de preparação para enfrentar uma crise” (28/12/1984, p. 4).

Convém lembrar que, segundo Carlos Fico (1998), durante o governo Geisel já havia crise econômica no país e as dificuldades do regime militar se agravaram. Apesar da inflação e do crescimento acelerado da dívida externa, o governo não interrompeu os programas de expansão econômica do começo dos anos 1970. Ainda assim, o desenvolvimento industrial foi afetado e o desemprego aumentou. Houve fechamento de diversas indústrias e as taxas de crescimento foram negativas. Mesmo com o fim do “milagre brasileiro”, Geisel insistiu no aumento das taxas de crescimento, realizando projetos caríssimos e apelando para empréstimos externos. A dívida externa passou de 15 para 43 bilhões de dólares e a inflação de 20% para 40%.

No início do governo de Figueiredo, em 1979, o economista Mário Henrique Simonsen estava no comando da economia. Pretendia diminuir o ritmo do crescimento para controlar a inflação e a crise econômica que estava ocorrendo no período. Conforme Fausto (2004, p. 502), “a tentativa de Simonsen de impor uma política de restrições sofreu a oposição de vários setores. Dentre eles, destacavam-se os empresários nacionais, que se beneficiavam do crescimento com inflação, e de muitos componentes do próprio governo interessados em ter condições de gastar e de mostrar realizações”.

Para melhorar a situação econômica, Delfim Netto, que tinha comandado o “milagre econômico” entre 1968 e 1973, foi chamado para substituir Simonsen e prometeu que o crescimento econômico continuaria. Porém, a inflação voltara a crescer, a aplicação de capitais estrangeiros diminuía, a nação sentia os efeitos da crise econômica e já se espalhavam manifestações contra o governo. Segundo Ricardo Carneiro (1991, p. 89), o Brasil esbarrou numa profunda recessão. Com os cofres vazios e sem dinheiro novo no mercado mundial para financiar o déficit corrente, o eixo da política mudou para o incentivo às exportações, já que a evasão das divisas era considerável, especialmente com os aumentos dos juros da dívida externa. Considerando que a solução seria melhorar as contas externas do país, a partir do ano de 1984 a economia, aos poucos, foi se reativando, principalmente pelo crescimento das exportações, pois a queda do preço do petróleo não pesou tanto na exportação. Apesar da redução da importação de petróleo e de outros produtos, a inflação continuava subindo acirradamente e chegou a 223% em 1984.

Quando Figueiredo deixou o governo, a situação financeira era temporária e o país voltaria a crescer. Ressalta Boris Fausto (2004, p. 503):

“Mas o balanço daqueles anos se revela bastante negativo, como podemos verificar por dois dados. A inflação se acelerara de 40,8% em 1978 para

223,8% em 1984. No mesmo período, a dívida externa subira de 43,5% bilhões de dólares para 91 bilhões”.

Com o agravamento da crise econômica, inflação e recessão, os partidos de oposição ao regime cresceram; da mesma forma, fortaleceram-se os sindicatos e as entidades de classe.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2002), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado no final de 1974 com a finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, não conseguiu estabilizar a moeda e permitiu, em decorrência, o aumento da inflação e da dívida externa. A autora ressalta: “No mundo do trabalho, os anos de 1980 foram uma década de greves que reivindicavam reajustes salariais, mudanças nas condições de trabalho e um novo tipo de diálogo entre trabalhadores, empresários e governo, todos preocupados com o aumento da estagnação econômica e do desemprego” (GOMES, 2002, p. 259).

Durante os anos 1980, conhecidos como a “década perdida”, a economia brasileira atravessou uma de suas piores fases, entrando em contração econômica por meio de diversos fatores, dentre eles o choque do petróleo e o endividamento externo. Para Sader (1991, p. 37),

O país ingressava na década e no seu processo de transição da ditadura à democracia com a espada da dívida externa pendendo sobre sua cabeça, o que passou a ameaçar a economia – e a condicionar a transição –, colaborando para fazer dos anos 80 uma década perdida do ponto de vista econômico. Ao mesmo tempo se colocavam em questão as possibilidades de o Brasil retomar a expansão na última década do século, hipotecando seu futuro de curto e médio prazo.

O Brasil não conseguia mais empréstimos, a não ser que contasse com o aval de uma importante instituição financeira internacional: o Fundo Monetário Internacional (FMI). Recorrer a ele significava o reconhecimento do fracasso e, por isso, Delfim Neto foi prorrogando esse pedido de ajuda até as eleições de 1982. Conforme Fico (1999), pouco tempo depois Delfim anunciou o pedido de ajuda ao FMI e se iniciou um longo processo em que o governo brasileiro tentava conseguir dinheiro apenas para os juros da dívida. O Brasil passou a importar menos e o governo diminuiu seus investimentos em todas as áreas. Entretanto, todos os esforços foram inúteis: a inflação crescia cada vez mais a dívida externa parecia ser interminável. Ressalta Luiz Roberto Lopez (1983, p. 129):

Culminado o processo defensivo em que se colocaram as decisões econômicas internas em face das pressões dos credores internacionais, o Governo Figueiredo aceitou, nos fins de 1982, as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma sociedade de grandes banqueiros mundiais, para obter novos empréstimos e contornar parcialmente o estado de insolvência crônica do país.

Segundo Sanderson Oliveira (2005), a causa dessa instabilidade inflacionária estava relacionada com a crescente indexação da economia. Esta era provocada

pelo aumento de inflação a cada choque de oferta cambial ou mudança na estrutura de apropriação de renda.

A grave situação econômica e as perdas na economia no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) foram enfatizadas pela *Força do Vale* em novembro de 1984:

O governo está prejudicando o desenvolvimento da agricultura no país [...]. Nada mais representa do que uma consequência do descalabro, da incompetência, da imoralidade, da corrupção que preside a administração pública federal e que levou o país à maior crise de toda a sua história, em termos de recessão, de desemprego, de fome e de doença. O país está política, social, econômica e moralmente enfermo (01/11/1984, p. 3).

Na década de 1980 surgiu uma rede dinâmica de movimentos sociais que começaram a se organizar em todo o país nas áreas urbanas e rurais. Segundo Paulo Roberto Pinheiro,

Foi então que surgiram novos conceitos de direitos humanos, com a criação de novos temas políticos. Surgiram movimentos nunca vistos. Cada vez mais movimentos se voltaram para a promoção dos direitos sociais e econômicos dos setores pobres da população. Vários grupos também começaram a promover o direito da habitação, saúde, educação e um ambiente não poluído, assim como direitos de minorias, mulheres e crianças. Dessa forma, paradoxalmente, foi sob o regime militar que se desenvolveram novas formas de mobilização. Não eram simplesmente idéias importadas do estrangeiro, mas sim novas práticas sociais, um novo discurso, exprimindo as exigências de consolidação do estado de direito para toda a população (PINHEIRO apud BETHELL, 2002 p. 241).

No início dos anos 80, o país passava por uma recessão que levou às lutas sindicais. Greves, passeatas e mobilizações eram a tônica do movimento sindical. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista (região das cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano), de maio de 1978 até o fim da década de 1980, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical.

No jornal aparecem diferentes matérias que revelam a esperança de que haveria crescimento econômico com o fim do regime militar. Na matéria “Agricultores em busca de soluções”, de outubro de 1984, o periódico não só expõe seu desejo pelo desenvolvimento com a volta da democracia, como também considera que o povo, organizado e mobilizado, teria mais condições de obter vantagens para o seu setor:

As campanhas e projetos de educação cooperativista realizada no meio rural proporcionaram ao homem do campo a conscientização de que é primordial o desenvolvimento do país... Ao entardecer os agricultores voltaram para casa, conscientes de que sua obrigação como trabalhador brasileiro foi executada; o homem do campo volta ao seu chão satisfeito. Depois dessa arrancada inicial, sente-se mais corajoso. Daqui por diante, tudo será diferente, suas

reivindicações deverão ser atendidas, caso isto não acontecer, eles voltarão e, rodeados de colegas levantarão sua voz mais uma vez (05/10/1984, p. 3).

Uma das características do sindicalismo, de fato, era a insistência em se manter independente do controle do estado. Essa tendência consolidou-se com a formação de organizações sindicais nacionais. Em 1981 ocorreu a 1ª Conferência Nacional da Classe Nacional Trabalhadora. Ricardo Antunes salienta que:

Depois de muitos anos de resistência dos trabalhadores à ditadura militar, e que reuniu mais de cinco mil delegados sindicais e de base, representantes dos assalariados urbanos e rurais (quase mil representavam o campo), operários e assalariados médios, funcionários públicos e despossuídos da terra. Foi um dos mais importantes eventos da história sindical e do trabalho em nosso país; significativo pela representatividade, pela importância política (era encontro nacional desde o golpe de 64 e o maior de toda a história operária até então) (ANTUNES, 1991, p. 68).

Neste mesmo dia da conferência se efetivou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), acentuando diferenças no mundo sindical: de um lado, encontraram-se tendências sindicais ligadas ao então líder sindical emergente, Lula, que insistiam no fortalecimento das bases e na greve como instrumento de ação, de outro, os ligados ao Partido Comunista, que ainda pensavam no controle das cúpulas e nas alianças políticas. Dessas divergências, em 1983, começaram a nascer duas principais centrais sindicais hoje existentes em nosso país. Carvalho (2004, p. 181) esclarece:

Após dois anos de debates, o movimento dividiu-se em duas organizações: se chamavam “autênticos”, vinculados ao PT, e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ligados ao PMBD e ao Partido Comunista. A postura mais agressiva da CUT lhe rendeu maiores ganhos nas lutas sindicais e maior influência sobre as categorias profissionais mais modernas. A Conclat tinha influência sobre grande número de sindicatos menores e mais tradicionais. Transformou-se em 1986 em Central Geral dos trabalhadores (CGT), referência à organização criada no início dos anos 60.

Em *A Força do Vale*, aparece uma charge com a seguinte legenda, mostrando que o sindicalismo era a melhor solução no momento: “A gente precisa lutar para que respeitem os direitos da gente! Unindo nossas forças no sindicato! As estabilidades, por exemplo, precisamos consegui-las! Mas, como? Nos sindicalizando! Claro!” (28/09/1984, p. 5).

Enfim, trata-se de um período durante o qual o sindicalismo consolidou-se como um ator social importante no cenário nacional, tanto na defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora quanto na sua participação na luta da redemocratização da sociedade brasileira e pela redução das desigualdades sociais. Antunes (1991, p. 72) complementa:

A década de 80 presenciou um aumento significativo dos índices de sindicalização, através da expansão do número de trabalhadores urbanos e rurais que se associaram aos seus respectivos sindicatos [...]. Lembre-se que, com a conversão de inúmeras associações de classe em sindicatos, ocorrida a partir da Constituição de 88, aumentou significativamente o número de

trabalhadores sindicalizados, especialmente a partir da ampliação do direito de sindicalização para os funcionários públicos e da extensão dos direitos sindicais ao mundo rural.

Percebeu-se que o semanário estava a favor da criação dos sindicatos e, revelando essa tendência, fez uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Encantado:

Ainda o presidente afirma que o assistencialismo faz parte dos objetivos de um sindicato. Todo o associado deve levar em consideração o valor da união da classe, com o objetivo de reunir forças para executar campanhas tanto a nível regional como estadual e nacional, de acordo com suas necessidades (28/09/1984, p. 4).

A repressão ao movimento sindical promovida pelo governo militar não impediu a reorganização política dos trabalhadores. Fazendo uma retrospectiva: já nos anos 1960 havia surgido no campo a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), que mais tarde denominou-se Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). Ela incentivou a organização de sindicatos rurais em todo o país, tendo como bandeira principal a reforma agrária. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, foi responsável pela formação de lideranças no campo. Sendo que neste mesmo ano foi elaborado o estatuto do trabalhador rural. A luta pela posse da terra e pela melhoria dos trabalhadores do campo se ampliou durante o regime militar, obrigando o governo a olhar para as questões sociais da zona rural.

Antunes comenta que os trabalhadores urbanos também retomaram a luta sindical e as mais significativas movimentações ocorreram entre os operários:

Foi também consagrado o direito de sindicalização aos funcionários públicos que vinham, desde fins da década de 70, ampliando enormemente suas associações de classe, mas a quem era vetado o direito de criar sindicatos. Foram estendidos ao campo vários direitos sindicais anteriormente restritos ao mundo urbano. Foi aprovado o direito de eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados; é evidente, entretanto, que este direito está ainda muitíssimo aquém de constituir-se em uma efetiva representação de trabalhadores, o que seria obtido a partir das comissões de empresas (ANTUNES, 1991, p. 73).

*A Força do Vale*, por sua vez, relata em 1984 uma concentração da Fetag:

Os agricultores do Estado novamente movimentam-se em busca de melhores condições. O movimento que levou a classe a essa manifestação é o corte do atendimento hospitalar pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social-INAMPS, os quais recolhem uma considerável soma para esse fim através do FUNRURAL (14/12/1984, p. 8).

Ao salientar a importância da mobilização e da politização social, o jornal expressava sua crença na retomada do desenvolvimento econômico a partir da volta da democracia, a qual atenderia às demandas dos trabalhadores. O regime militar, pelo contrário, seria responsável pelos índices negativos da economia.

O governo está prejudicando o desenvolvimento da agricultura no país [...]. Nada mais representa do que uma conseqüência do descalabro, da incompetência, da imoralidade, da corrupção que preside a administração pública federal e que levou o país à maior crise de toda a sua história, em termos de recessão, de desemprego, de fome e de doença. O país está política, social, econômica e moralmente enfermo (01/11/1984, p. 3).

No fim do regime militar, conforme o semanário, o Brasil estava mergulhado numa das maiores crises econômicas e sociais de sua história. As pressões populares exigindo a volta da democracia manifestavam-se com crescente vigor. O jornal entrevistou pessoas da comunidade com a seguinte pergunta: “Como é vista a sucessão presidencial?”. Um dos entrevistados relatou a situação que se encontra o Brasil: “É a do povo brasileiro em geral. Isto é: espero que muita coisa mude para melhor. Espero mudanças no modelo de desenvolvimento, mudanças muito profundo no campo social, econômico e político. Não importam por meio de quem elas aconteçam, contanto que venham em benefício do povo” (11/01/1985, p. 6).

Em 1985, quando Sarney assumiu o governo, o quadro econômico era menos grave do que em anos anteriores. Segundo Fausto (2004, p. 520), o grande impulso proveniente das exportações permitira a retomada do crescimento. A queda das importações e o avanço das exportações resultaram em um saldo da balança comercial de 13,1 bilhões de dólares. Esse saldo permitia pagar os juros da dívida. Além disso, o Brasil acumulava reservas que chegavam a 9 bilhões de dólares no fim de 1984.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise das matérias sobre as questões políticas e econômicas publicadas no jornal a *Força do Vale* entre 1984 e 1985, percebeu-se o apoio ao fim do regime militar e o posicionamento eufórico a favor da volta da democracia. Este foi, justamente, o questionamento elaborado nesta pesquisa: de que forma o jornal expressa seu apoio ao fim do regime militar? Vale lembrar que duas hipóteses foram elaboradas: a primeira, onde o semanário expressa críticas negativas ao regime militar a partir da publicação de matérias sobre fatos e conceitos ligados à democracia; a segunda, considerando a associação que o jornal fez entre a redemocratização e o crescimento econômico. Para comprovar tais hipóteses, as duas partes trataram das questões relacionadas abaixo.

A primeira parte, que tratou de apresentar um pequeno histórico do semanário, revelou características do jornalismo informativo moderno. É nesta tendência que a *Força do Vale* se insere, tendo como uma de suas características o propósito de despertar o interesse da opinião pública frente aos problemas sociais. Especialmente por ser um meio de comunicação difusor de informações, o semanário acreditava estar fazendo uso de seu livre-arbítrio para criticar negativamente o regime militar e apoiar a redemocratização, sem deixar de contar com as características típicas do jornalismo informativo moderno, que são o conteúdo noticioso e o amplo espaço para a publicidade.

Na segunda parte foram analisados aspectos políticos e econômicos publicados no jornal sobre o fim do regime militar entre 1984 e 1985. Conforme as matérias, o fracasso do modelo político-econômico adotado no regime militar ficou evidente no governo de Figueiredo e estendeu-se ao longo dos anos. A solução encontrada foi a sociedade mobilizar-se para garantir seus direitos. No semanário aparecem editoriais que demonstram que a *Força do Vale* expressou seu descontentamento com relação à ditadura. Vale salientar, ainda, que na questão econômica, durante os anos 1980 até o fim do regime, em 1985, foram enfrentados problemas que atingiram grande parte da população. Por isso, organizaram-se vários movimentos que reivindicavam o fim do regime. Criticando o regime militar, o semanário, desde sua implantação procurou mostrar que o fim da ditadura seria a melhor forma de solucionar os problemas do país.

O jornal *Força do Vale* foi um acervo de grande importância para a realização da pesquisa, pois é uma fonte inédita até então. Por meio de suas páginas foi possível perceber que seu objetivo principal foi buscar um maior espaço para poder expressar suas opiniões e mostrar os fatos à comunidade. Ele passou a circular no ano de 1984 e 1985, justamente o momento em que se encerrou a ditadura militar no Brasil.

Nas matérias sobre política, o jornal mostrou sua posição favorável à volta da democracia e não deixou dúvidas de que nasceu sob a euforia do processo de redemocratização que estava sendo desencadeando no período.

A *Força do Vale*, em suas matérias, também demonstrou sua preocupação com o desenvolvimento econômico da região. Argumentou que haveria um crescimento econômico somente com a volta da democracia.

Ao finalizar este trabalho, é preciso destacar que a *Força do Vale* procurou sempre mostrar à comunidade seu posicionamento em relação aos fatos, revelando um apoio especial à democracia. Neste sentido, conclui-se que o periódico abriu espaço em suas páginas para a propagação de algo que seria benéfico para a população brasileira.

A palavra final, segundo Capelato, sobre a importância da imprensa caberá a Howard Simons, porque se expressou melhor do que poderíamos fazê-lo:

Nem todos os jornais são bons. Nenhum jornal é totalmente bom ou totalmente mau ou injusto. Todos têm seus defeitos e suas tendências, assim como seus leitores [...]. Se os jornais não trazem à luz as notícias e as publicam, se não levam a sério as investigações e não fazem comentários, se não examinam os problemas e não os denunciam então quem o fará? (CAPELATO, 1988, p. 72).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

BTHELL, Leslie (org). **Brasil fardo do passado, promessa do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- BURKE, Peter. **A escrita a história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. **Crise, estagnação e hiperinflação:** a economia brasileira nos anos 80. Campinas: IE/UNICAMP, 1991.
- COTRIM, Gilberto. **História Global - Brasil e Geral.** São Paulo: Saraiva, 2005.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FICO, Carlos. **O regime militar (1964-1985).** São Paulo: Saraiva, 1998.
- GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Orgs.). **A República do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.
- LOPEZ, Luís Roberto. **História do Brasil Contemporâneo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Conversando sobre economia:** interpretação crítica da economia brasileira. Campinas: Editora Alínea, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: ED. Universidade/URGS, 1993.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil da ditadura á democracia?** São Paulo: Atual, 1990.
- SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SODRE, Nelson Werneck. **Vida e Morte Da Ditadura Militar:** vinte anos de autoritarismo no Brasil. Petópolis: Vozes, 1984.
- SOARES, Ary Dillon, D'ARAUJO, Celina Maria (Orgs.). **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- TRAQUINA Nelson. **Teorias do Jornalismo:** por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Pós-Graduados em História/PUCSP,** São Paulo, PUCSP, n. 4, 1985.